

Paulo Vannuchi na OEA: mais uma vitória da diplomacia brasileira



A guinada na política internacional brasileira, iniciada com o

governo Lula, conseguiu mais uma expressiva vitória, em termos de representatividade nos organismos internacionais. O ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) Paulo Vannuchi foi eleito para compor a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Além de Vannuchi, a diplomacia brasileira – historicamente competente, mas que claramente ganhou um peso internacional maior nos últimos 10 anos – já havia implacado o nome de Roberto Azevedo na direção-geral da OMC e de José Graziano da Silva, na direção-geral da FAO, em 2011.

Leia abaixo um pequeno perfil de Vannuchi, publicado pela [Agência Brasil](#)

Paulo Vannuchi comandou a SDH entre 2005 e 2011, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Formado em jornalismo e com mestrado em ciência política, Paulo de Tarso Vannuchi, de 63 anos, sempre atuou durante na defesa e preservação dos direitos humanos. Paulista de São Joaquim da Barra, ele foi preso político durante o governo militar.

O ex-ministro foi o principal responsável pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 2010, Vannuchi defendeu que Lei de Anistia não se aplica aos torturadores. Atualmente é diretor do Instituto Lula e responsável pelo projeto do Memorial da Democracia. É também analista político da TVT e da Rádio Brasil Atual.

Vannuchi participou da elaboração do livro Brasil Nunca Mais, coordenado por dom Paulo Evaristo Arns. Em 1975, foi um dos responsáveis pelo dossiê entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a tortura praticada pela ditadura militar e os assassinatos cometidos, mencionando 233 nomes de torturadores e detalhando os métodos usados, inclusive citando unidades onde as torturas ocorriam. O documento é considerado um dos mais completos desde 1964.

De 1977 a 1985, Vannuchi trabalhou com a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral Operária e as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, promovendo cursos de formação e assessoria política para lideranças, religiosos e bispos.

Vannuchi foi deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e secretário executivo da Coordenação Nacional da campanha de Lula, em 1994.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é formada por sete membros e é uma das entidades do Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos nas Américas. Além de Vannuchi, também foram eleitos os candidatos dos Estados Unidos, James Cavallaro, e o do México, José de Jesús Orozco Henríquez. As três vagas foram renovadas no processo eleitoral, que começou há três dias. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a eleição de Vannuchi à CIDH fortalece o compromisso do Brasil com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Nota da presidenta Dilma

A presidenta Dilma Rousseff disse hoje (7), por meio de nota, que a eleição de Vannuchi é motivo de orgulho para o governo brasileiro. Na nota, Dilma destacou o papel de Vannuchi no resgate da memória das vítimas da ditadura militar e na implementação das políticas públicas de direitos humanos no país.

“No Brasil, Vannuchi consolidou o papel institucional da Secretaria de Direitos Humanos e contribuiu para o resgate da verdade histórica sobre as vítimas da ditadura. Sua capacidade de trabalho, seu empenho e dedicação asseguram que dará contribuição relevante à OEA e ao compromisso brasileiro com o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, diz o texto.